

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.277 - RJ (2020/0011726-1)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : CRISTINA MARIA FIGUEIREDO BOTELHO**  
**AGRAVANTE : THOMAZ ROGERIO FIGUEIREDO BOTELHO**  
**AGRAVANTE : MARIA CRISTINA FIGUEIREDO BOTELHO**  
**AGRAVANTE : ADIENE CRISTINA FIGUEIREDO BOTELHO**  
**ADVOGADO : MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS - RJ125489**  
**AGRAVADO : MUNICIPIO DE NITEROI**  
**PROCURADOR : GABRIELA ALVES SCISINIO - RJ163226**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por CRISTINA MARIA FIGUEIREDO BOTELHO e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

ACÓRDÃO. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C TUTELA ANTECIPADA. PLEITO DE PAGAMENTO DE ALUGUEL SOCIAL E DE INDENIZAÇÃO. DESABAMENTO DE RESIDÊNCIA. MORRO DO BUMBA. FALECIMENTO DE VÁRIOS PARENTES, INCLUSIVE DA GENITORA DOS AUTORES. Sentença de procedência para condenar o réu a incluir o 2º autor em programas habitacionais existentes no Município, enquanto não efetivado o direito à moradia digna; condenar o réu a pagar a cada autor o valor de R\$10.000,00 por danos morais; e condenar o réu ao pagamento da taxa judiciária e de honorários de advogado, que fixou em 10% sobre o valor da condenação. Apelação de ambas as partes. Conforme a narrativa dos autos, todos os autores perderam a mãe na tragédia, bem como uma das irmãs e duas sobrinhas. Além disso, o segundo autor e seu filho residiam com a falecida no imóvel destruído e pleiteia, além da indenização por danos morais requerida também pelos demais autores, o recebimento de aluguel social. Testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que o deslizamento atingiu o imóvel da mãe dos autores e asseguraram, ainda, que Thomas Rogério residia naquela casa com a filha, também falecida na tragédia. Os Decretos Estaduais 42.406/2010 e 20.454-01 estabelecem os critérios para a relocação de moradores e recebimento de aluguel social. Foram firmados termo de cooperação e convênio entre o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Niterói, justamente para viabilizar o pagamento do aluguel social. Responsabilidade solidária entre Município e Estado no pagamento do aluguel social. Art. 1º, da Lei Municipal de Niterói nº 2.425/2007 e artigos 23, IX da CRFB e 73, IX, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Ponderação entre o Princípio da Reserva do Possível e o Mínimo Existencial. Direito fundamental à moradia. Limitação do pagamento de aluguel social ou equivalente ao período de 24 meses. Responsabilidade

civil do Ente Público quando se omite e permite construções de moradias em área de risco. Precedentes. Dano moral configurado. Valor da indenização que merece majoração ainda que se considere a contribuição das vítimas que construíram e ocuparam área de risco. Verba majorada para R\$25.000,00 para cada autor, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e peculiaridades do caso. Sentença parcialmente reformada para limitar o benefício de aluguel social ou equivalente ao prazo máximo de 24 meses e majorar o valor da indenização. PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS.

Quanto à primeira controvérsia, alegam os recorrentes, pela alínea "a" do permissivo constitucional, violação do art. 944 do CC, sustentando falta de proporcionalidade entre a indenização fixada e o dano sofrido, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A verba fixada pelo Tribunal local para reparar o dano moral sofrido pelas ora Recorrentes em razão do falecimento de cinco membros de sua família, data vênua é totalmente desproporcional ao dano por elas experimentados.

No caso concreto, os Recorrentes perderam a mãe, a irmã e de duas sobrinhas, bem como o 2º Recorrente foi soterrado se salvando por pura graça divina. Ou seja, os Recorrentes perderam quatro membros próximos de sua família e a verba concedida para reparar o dano moral experimentado em razão de tais mortes foi fixado em apenas R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais) para cada Recorrente, em desconformidade, portanto, ao que entende como razoável essa Corte Superior para casos semelhantes ao presente.

Ora, Excelências, as ora Recorrentes perderam se uma só vez quatro membros de sua família.

Portanto, o valor fixado no acórdão recorrido não se mostra proporcional à dor e ao trauma, experimentados pelas Recorrentes em razão do grave dano que tirou a vida de seus entes querido e amado (fl. 507).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissenso jurisprudencial sobre a matéria.

É o relatório. Decido.

Na espécie, no que se refere à primeira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A quantificação do dano moral é matéria delicada e sujeita à ponderação do julgador, deve observar os Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade, bem como o poder econômico do ofensor, a condição econômica do ofendido, a gravidade da lesão e sua repercussão.

A contribuição das vítimas que construíram e ocuparam área de risco, embora não exclua a responsabilidade do ente público, deve ser considerada para fins de arbitramento do valor da indenização.

Mas, ainda que se considere a contribuição das vítimas no evento danoso, observando-se as circunstâncias do caso concreto, no qual os autores perderam diversos familiares e restaram privados do exercício do direito à moradia, sendo vítimas de verdadeira catástrofe, a quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) para cada um não atende aos Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade merecendo, portanto, majoração.

Contudo, a pretensão dos autores de majoração da indenização para o valor equivalente a 200 salários mínimos para cada um não merece acolhida.

A fixação do quantum indenizatório fica ao prudente arbítrio do Juiz que terá por base critérios tais como situação econômica do ofensor, risco criado, gravidade e repercussão da ofensa.

A jurisprudência atual tem se assentado no entendimento de que ao magistrado compete estimar o valor da reparação de ordem moral, adotando os critérios da prudência e do bom senso e levando em consideração que o "quantum" arbitrado representa um valor simbólico, que tem por escopo não o pagamento do ultraje - a honra não tem preço - mas a compensação moral, a reparação satisfativa devida pelo ofensor ao ofendido.

Assim, o valor da indenização deve ser fixado em R\$25.000,00 para cada um dos autores, totalizando R\$100.000,00, este adequado, razoável e proporcional ao caso dos autos (fls. 480/481).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: "Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte" (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por

objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente